

processos licitatórios, inclusive o acompanhamento dos Agentes de Contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal; XIII – planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de regularização fundiária urbana e rural, compreendidas a elaboração de estudos técnicos, a análise dominial, o processamento de legitimações de posse e a promoção dos respectivos registros imobiliários.” Art. 2º. O art. 26, caput e inciso X, da Lei Municipal nº 197/2025, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando reenumerados os demais incisos: “Art. 26. A Secretaria Municipal de Finanças tem por finalidade promover a política financeira e tributária do Município de Cedral, bem como a administração financeira e o fomento à arrecadação de tributos, competindo-lhe ainda: (...) X – acompanhar, em caráter suplementar, a execução orçamentária dos contratos e convênios celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.” Art. 3º. O caput do art. 27 da Lei Municipal nº 197/2025 passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 27. Ficam criados os cargos de Agentes de Contratação – AC, que conduzirão o processo licitatório para a Administração Pública direta, indireta e fundacional no Município de Cedral e que, na estrutura administrativa, ficam vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.” Art. 4º. No Anexo II da Lei Municipal nº 197/2025: I – os cargos de Presidente da Comissão de Contratação, Pregoeiro e Membros da Comissão de Contratação são transpostos do quadro da Secretaria Municipal de Finanças para o quadro da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, mantidos quantitativos e vencimentos atuais; II – cria-se, no quadro da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a função gratificada de Coordenador de Regularização Fundiária, com vencimento idêntico ao de Diretor de Departamento de Planejamento. Art. 5º. Ficam redistribuídos para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento todos os processos licitatórios em curso, bem como o acervo documental, equipamentos e sistemas de informação utilizados pela CPL, garantindo-se a continuidade dos certames sem prejuízo dos prazos legais. Art. 6º. No prazo de 90 (noventa dias), contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo deverá promover as adaptações orçamentárias, de pessoal e de infraestrutura necessárias ao pleno cumprimento das disposições contidas nos arts. 1º a 5º. Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário. Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos administrativos a partir do primeiro dia do mês subsequente. Mando, portanto, a todos quantos o conhecimento e execução do presente Lei pertencerem que o cumpram e o façam cumprir, tão inteiramente como nela contém. O Gabinete do Prefeito o faça imprimir, publicar e correr. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL - ESTADO DO MARANHÃO, EM 10 DE JULHO DE 2025. DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES Prefeito Municipal

Publicado por: DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES

Código identificador: fqns4pdueok20250826180810

Lei Municipal nº 205, de 10 de julho de 2025. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DO MUNICÍPIO DE CEDRAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Municipal nº 205, de 10 de julho de 2025. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DO MUNICÍPIO DE CEDRAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Senhor DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e nos termos do que estabelece a Constituição da República; e faço saber a todos os habitantes do Município de Cedral, que a Câmara Municipal aprovou e EU SANCIONO a seguinte Lei Municipal: DAS DIPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentaria Anual do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo, além do equilíbrio entre receitas e despesas: I - As prioridades e metas da administração pública municipal; II - A estrutura e organização dos orçamentos; III - A elaboração e execução do orçamento do município; IV - As alterações da Lei Orçamentária e da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária; V - As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais; VI - As condições e exigências para a transferência de recursos a entidades privadas e a pessoas

físicas; VII - As disposições sobre as alterações na legislação tributária; VIII - As disposições gerais; IX - As disposições finais;

CAPÍTULO I PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026 serão estabelecidas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei – Anexo I, com destaque para as despesas de caráter constitucional e legal e às ações relativas aos Programas Finalísticos, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária para 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 1º. Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento serão elaborados em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026 - 2029. § 2º. Em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações vinculadas às metas e prioridades. § 3º. A Lei Orçamentária Anual de 2026 deverá observar, ainda, os compromissos definidos em reuniões com as lideranças representativas do Município, bem como as resoluções aprovadas nos conselhos deliberativos de políticas setoriais.

CAPÍTULO II ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 será elaborado em observância à legislação aplicável à matéria, às diretrizes fixadas nesta Lei, e em especial, ao equilíbrio entre receitas e despesas. Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por: I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual; II – ação, o menor nível de categoria de programação, sendo um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, classificada em: a) atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; b) projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; c) operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou

aperfeiçoamento das ações de governo municipal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; III – órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias; IV – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional do orçamento do município que consolida dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho; V – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, responsável pela transferência de recursos financeiros oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social destinados à execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco; VI – conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal, bem como a organização da sociedade civil, responsáveis pela execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, com recursos financeiros transferidos por meio de convênios; VII – descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, ou entre estes. VIII – parceria, conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. § 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2026 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivas ações. § 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de função, subfunção, ação, projeto, atividade e operação especial, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. § 3º. Cada ação orçamentária, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, considerando que: I – a classificação por função respeitará a missão institucional da unidade orçamentária responsável por sua realização, independente da finalidade da ação; II – a classificação por subfunção respeitará a finalidade da ação, independente da missão institucional da unidade orçamentária responsável por sua realização. § 4º. Quando for o caso de identificação do



produto e da unidade de medida no Projeto de Lei Orçamentária e na respectiva Lei, deverá haver compatibilidade com os especificados para cada ação constante do Plano Plurianual. § 5º. A meta física deve ser indicada segundo a respectiva ação, em seu detalhamento por projeto, atividade ou operação especial. § 6º. O projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa. Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, e da Lei Complementar nº 101/2000. Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos do Município apenas sob a forma de: I – participação acionária; II – pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços; e III – pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos. Art. 6º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e as fontes de recursos. § 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F), da Seguridade Social (S) ou de Investimento das empresas estatais (I). § 2º. Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados: I – pessoal e encargos sociais – GND – 1; II – juros e encargos da dívida – GND – 2; III – outras despesas correntes – GND – 3; IV – investimentos – GND – 4; V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas – GND – 5; VI – amortização da dívida – GND – 6. § 3º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 10 desta Lei será identificada pelo GND “9”. § 4º. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados: I – indiretamente, mediante transferência financeira: a) a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades; b) a entidades privadas sem fins

lucrativos e outras instituições; II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo. § 5º. Na especificação de modalidade de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento: I – transferências à União – 20; II – transferências ao Estado e ao Distrito Federal – 30; III – transferências a outros Municípios – 40; IV – transferências a outros Municípios – Fundo a Fundo – 41; V – execução orçamentária delegada a outros Municípios – 42; VI – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos – 50; VII – consórcios públicos – 71; VIII – execução orçamentária delegada a consórcios públicos – 72; IX – aplicação direta – 90; X – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91. XI – a definir – 99 § 6º. As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, para atender necessidades da execução. Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal de Cedral e a respectiva Lei constituir-se-á de: I - texto do projeto de lei; II - quadros orçamentários consolidados; III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei; IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal no 4.320/1964, são os seguintes: I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos em fontes; II – evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa; III - resumo das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e origem dos recursos; IV - resumo das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e origem dos recursos; V - receitas e despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei Federal nº 4.320/1964, e suas alterações; VI – receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com a classificação constante da Lei Federal nº 4.320/1964, e suas alterações; VII - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo Poder e Órgão, por grupo de



despesa e destinação de recursos; VIII - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo a função, subfunção, programa e grupo de natureza de despesa; Art. 8º. A Lei Orçamentária para 2026 conterá dispositivos autorizatórios para: I – realização de operação de crédito por antecipação de receita; II – abertura de créditos suplementares, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964; III – transposição, remanejamento ou transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal; IV – promoção de medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º. A proposta orçamentária do Município para 2026 será elaborada e sua respectiva execução será realizada, considerando: I - a ampliação da participação social, incluindo o acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas da elaboração do orçamento, em conformidade com o art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000; II - a transparência e responsabilidade na gestão fiscal, consoante ao disposto na Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a Lei Complementar nº 101/2000; III - a excelência na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, para garantir com eficiência e efetividade o provimento de bens e serviços públicos à sociedade, especialmente nas áreas de saúde, educação, transporte, moradia e assistência social; IV - o desenvolvimento social e econômico sustentável, visando à redução das desigualdades; V - a preservação do meio ambiente, o incentivo à agricultura familiar, o apoio à produção orgânica e a destinação adequada dos resíduos sólidos; VI – o resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis; VII - os direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico?racial e de gênero; VIII - a criação de ambiente propício à geração de empregos e de negócios; IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia; X - articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, visando especialmente o investimento e fomento nas políticas públicas relacionadas com as metas e prioridades da Administração Municipal. § 1º. Para assegurar a transparência e a ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá consultas públicas, por meio da

internet. § 2º. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças divulgar os prazos em que a consulta pública será realizada, assim como estabelecer a metodologia que orientará os processos de participação popular, acompanhamento e monitoramento de que trata o § 1º deste artigo. § 3º. A Lei Orçamentária de 2026 e seus anexos serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados na Internet, na página oficial da Prefeitura. Art. 10. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, inclusive à abertura de créditos adicionais. Art. 11. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Art. 12. O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), das transferências provenientes do FPM, ITR, ICMS Desoneração LC 87/96, ICMS, IPVA e IPI-Exportação para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e deverá aplicar, no mínimo, de 70% (setenta por cento) para remuneração dos profissionais da Educação, em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público e, no máximo 30% (trinta por cento) para outras despesas pertinentes ao ensino básico. Art. 13. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total das Receitas oriundas de impostos, inclusive os provenientes de transferências, em conformidade com ADCT 77 da Constituição Federal vigente. SEÇÃO II DO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS Art. 14. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual para 2026 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo. § 1º. O Poder Executivo deverá demonstrar o custo de cada ação orçamentária por meio de sistema gerencial de apropriação de despesas. § 2º. O Poder Executivo elaborará normas e procedimentos para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos. § 3º. O controle de custos de que trata o caput deste artigo será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e

patrimonial. § 4º. A avaliação dos programas municipais definidos na Lei Orçamentária Anual será realizada, periodicamente, por meio do comparativo entre a previsão e a realização orçamentária das metas e prioridades, com base nos principais indicadores de políticas públicas. **SEÇÃO III DA LIMITAÇÃO DE EMPENHOS** Art. 15. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário ou nominal, nos termos definidos no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo fixará, por ato próprio, um percentual de limitação, a ser calculado para cada órgão/unidade orçamentária, excluindo-se as despesas com pessoal, encargos sociais, juros, amortização da dívida, precatórios e sentenças judiciais, desembolsos de projetos executados mediante parcerias públicos privadas, recursos vinculados e obrigações constitucionais e legais. **CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA** Art. 16. As fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, as modalidades de aplicação e as esferas orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2026 e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos, poderão ser modificados ou ajustados, justificadamente, se autorizados por meio de portaria da Secretária Municipal de Finanças. Parágrafo único. Portaria do Secretária Municipal de Finanças poderão ser ajustados os códigos e títulos das ações, desde que: I – não implique em mudança de valores e finalidade da programação; II – observe-se a compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA e suas revisões; III – constatado erro de ordem técnica ou legal, ou a necessidade de adequação à classificação vigente. Art. 17. As categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, aprovados na Lei do Orçamento e em seus Créditos Adicionais, poderão ser alterados, incluídos ou excluídos, para atender às necessidades de execução, mediante decreto do Poder Executivo. Art. 18. Os projetos de lei relativos a créditos especiais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual. Art. 19. O Executivo Municipal poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades

bem como alterações de suas competências ou atribuições, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação. Art. 20. No caso da ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000. Art. 21. Na programação orçamentária não poderão ser: I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária. Art. 22. Se o projeto de Lei Orçamentária 2026 não for sancionado pelo Prefeito do Município até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta remetida à Câmara Municipal, multiplicando pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei. Parágrafo único. O limite previsto no caput deste artigo não se aplica ao atendimento de gastos relacionados com: I - despesas de pessoal e encargos sociais; II - despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida e despesas de exercícios anteriores; III - despesas financiadas com recursos de operações de crédito, convênios, doações e outros congêneres; IV - despesas com custeio e capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência e nos relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao FUNDEB; V - desembolsos de projetos executados, mediante parcerias públicos privadas. **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no exercício financeiro de 2026, desde que não ultrapassado o limite de 51,30% (cinquenta e um, trinta por cento) da Receita Corrente Líquida: I – revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cujo percentual será definido em lei específica; a) na ausência de lei específica, deverá ser utilizado índice de correção monetária fixada por indexador federal, estadual ou, na falta destes, de instituição privada que preste serviço análogo; II – instituição e concessão de qualquer vantagem, e aumento de remuneração de servidores; III – criação de



cargos, empregos e funções, e a extinção de cargos públicos; IV – alteração de estrutura de carreira; V – admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; VI – revisão do sistema de pessoal, estatuto dos servidores municipais e plano de cargos, carreiras e vencimentos, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público. § 1º. As autorizações estabelecidas neste artigo devem atender às regras estabelecidas na legislação pertinente, em especial ao disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal, nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme caput deste artigo. § 2º. A admissão ou contratação de pessoal e a criação ou ampliação de cargos deveram ser precedidas da apresentação do planejamento de necessidades de pessoal e da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar nº 101/2000. Art. 24. As iniciativas que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo Municipal, deverão ser acompanhadas de manifestações das Secretárias Municipais de Finanças e de Administração, da Procuradoria Geral do Município e da Controladoria Geral do Município, nas suas respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO VI DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES PRIVADAS E A PESSOAS FÍSICAS Art. 25. Na realização das ações de sua competência, o Poder Executivo poderá celebrar parcerias ou convênios com organizações da sociedade civil e a estas transferir recursos, desde que mediante instrumento jurídico específico, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas. § 1º. As parcerias ou convênios com a administração pública municipal se restringirão à execução de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas nesta Lei e no Plano Plurianual. § 2º. Aplicam-se às transferências de recursos municipais para as organizações da sociedade civil, as disposições e procedimentos previstos na Lei nº 13.019/2014, e em sua regulamentação. Art. 26. A administração pública municipal deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos

órgãos da administração pública, independentemente da modalidade de parceria prevista na Lei nº 13.019/2014. Art. 27. Objetivando a celebração de parcerias ou convênios, a administração pública municipal, salvo as exceções previstas em lei ou regulamento, realizará chamamento público para selecionar organizações da sociedade civil que torne mais eficaz a execução do objeto. § 1º. Para firmar convênio com a administração pública municipal a organização da sociedade civil, dentre outros requisitos, deverá: I – apresentar e ter plano de trabalho aprovado pelo órgão repassador dos recursos; II – Possuir: a) no mínimo, 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas; d) objeto social compatível com as características do programa ou ação municipal. III – apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, comprovando a regularidade do mandato de sua diretoria; IV – apresentar relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles; V – declarar, sob as penas da lei, que nenhum dos seus dirigentes é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Cedral, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; VI – apresentar cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações; VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; VIII – comprovar o funcionamento regular da entidade no último ano, com emissão de comprovante no exercício de 2025; IX – comprovar sua regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, e com a Justiça do Trabalho, na forma da lei; X – está regular quanto à prestação de contas de recursos recebidos anteriormente e transferidos pela administração pública municipal. Art. 28.



As transferências de recursos para organização da sociedade civil e a pessoas físicas poderão ser realizadas a título de: I - subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/1964, para atender supletivamente as organizações da sociedade civil que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação, direitos humanos e programas de combate à violência contra as mulheres. II - contribuição corrente, para atender despesas de manutenção ou custeio de projetos de organização da sociedade civil que não atuem nas áreas de que trata o inciso I deste artigo. III - contribuições de capital ou auxílio, de que trata o § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320/1964, para atendimento de despesas de capital, notadamente, para investimentos ou inversões financeiras, a serem realizadas pelas organizações da sociedade civil. IV – auxílio financeiro à pessoas físicas e jurídicas para cobrir necessidades ou déficits causados por estado de calamidade. Art. 29. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria ou convênio com organização da sociedade civil, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis. Art. 30. As organizações da sociedade civil beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estão submetidas à fiscalização do Poder Público Municipal, com a finalidade de verificar a regularidade da execução, prestação de contas e o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos. Parágrafo único. O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e à divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às celebrações de parcerias, convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou instrumentos congêneres. Art. 31. Sem detrimento do exercício das responsabilidades dos órgãos concedentes, compete à Controladoria Geral do Município fiscalizar, auditar e controlar a celebração, execução e prestação de contas, das parcerias realizadas por meio de convênio ou instrumentos congêneres com a Prefeitura Municipal de Cedral. Parágrafo único. A Controladoria Geral do Município, ao tomar conhecimento de omissão no dever de instaurar a tomada de contas especial ou, ainda, de qualquer irregularidade ou ilegalidade, adotará as medidas necessárias para assegurar o exato cumprimento da lei, podendo inclusive determinar a instauração da tomada de contas especial, sem prejuízo da apuração da responsabilidade solidária do gestor omissor ou ainda, a qualquer tempo, independente das medidas

administrativas adotadas. Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar e publicar normas e procedimentos suplementares a serem observados na concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, auxílios e contribuições de capital. Art. 33. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, sem prejuízo da observação do que dispõe o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, e estar compatível com as metas e prioridades de interesse social do Município. **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL** Art. 34. O Poder Executivo Municipal poderá promover a revisão e atualização da Legislação Tributária, no sentido de modernizar a ação fazendária, procurando adequá-la às normas estabelecidas em Legislação Federal e dando maior relevo ao aspecto social do tributo submetido à aprovação do Poder Legislativo. Art. 35. O Poder Executivo Municipal promoverá adaptação, em sua legislação tributária, objetivando dar solução às distorções identificadas com as bases de cálculo de tributos, à vista de novos julgados do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do Supremo Tribunal Federal - STF. Art. 36. O Poder Executivo Municipal promoverá a revisão dos valores venais dos imóveis, com base em Planta Genérica de Valores, nos termos do Código Tributário Municipal, ficando assegurada, pelo menos, a atualização monetária da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Art. 37. O Poder Executivo Municipal dará continuidade à análise e estudos para a implementação plena da progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, nos termos do Código Tributário Municipal, art. 182 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto das Cidades que regulamenta a matéria, bem como nas normas acrescidas à Constituição Federal, em seu art. 156, § 1º, incisos I e II, pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Art. 38. A lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, ou outra forma compensatória, caso produza impacto financeiro no mesmo exercício. Art. 39. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere tributos quando acompanhado da correspondente demonstração,



devidamente justificada, da estimativa do impacto na arrecadação. § 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo. § 2º A concessão de isenção, alteração de alíquota ou dedução de base de cálculo de impostos somente ocorrerá: I - nos casos de justificado interesse em se incentivar atividade de natureza estratégica ou de amplo interesse público, porém de baixo interesse da iniciativa privada, em face de reduzido retorno financeiro ou de restrito mercado consumidor; II - para se equilibrar a competitividade dos contribuintes locais em suas áreas de mercado; III - para se garantir a justiça fiscal em relação a contribuintes de baixa capacidade econômica, sendo vedada a concessão em caráter genérico de benefícios tributários, sem a estipulação de critérios que demonstrem ou permitam a aferição das condições individuais dos contribuintes para a sua fruição. § 3º. As proposições que tratem de renúncia de receita deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000. § 4º. Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. Art. 40. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária, objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal. Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para sanção do Prefeito, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, total ou parcialmente, mediante decreto. Art. 41. O Poder Executivo Municipal poderá conceder desconto aos contribuintes dos tributos municipais, nos termos do Código Tributário Municipal. Art. 42. Ficam mantidas as isenções e remissões previstas em leis específicas, observada a legislação em vigor. **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SEÇÃO I DOS DUODÉCIMOS** Art. 43. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá

ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizadas no exercício anterior, em conformidade com o art. 29-A da Constituição Federal. Parágrafo único. Existindo parcelamento de débitos de responsabilidade do Legislativo Municipal junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que sejam retidos diretamente nas transferências do Fundo de Participação (FPM), fica o Poder Executivo autorizado a deduzir do percentual a que se refere o caput deste artigo, o valor correspondente à parcela do aludido débito, para efeito de compensação e objetivando cumprir o referido limite legal. **SEÇÃO II DOS PRECATÓRIOS** Art. 44. Nos termos do caput do art. 100 da Constituição Federal, os pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos. Art. 45. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 26 de julho de 2025, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, conforme determina o § 5º do art. 100 da Constituição Federal. § 1º. A atualização monetária dos precatórios determinados no § 12, do art. 100, da Constituição Federal, e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2026, as normas específicas sobre a matéria. § 2º. Aplicam-se aos pagamentos de precatórios as normas estabelecidas no art. 100, caput e parágrafos, da Constituição Federal. § 3º. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites. **SEÇÃO III DOS RESTOS A PAGAR** Art. 46. Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se: I – vierem a ser liquidados nesse período, de conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964; II – referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou III – referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, cuja efetivação dependa de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pela concedente. § 1º. Fica vedada, no exercício de 2026, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2025, que não tenham sido



liquidados até 31 de dezembro de 2025, ressalvado o disposto no inciso II do caput. § 2º. A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo. **SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** Art. 47. A execução da Lei Orçamentária de 2026 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública. § 1º. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão patrimonial, orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo. § 2º. A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Sistema de Contabilidade do Município, após 31 de dezembro de 2026, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ser efetuados até o trigésimo dia de seu encerramento, na forma regulamentada. § 3º. Com vistas a atender o prazo máximo estabelecido no § 2º, a Prefeitura Municipal poderá definir prazos menores para ajustes a serem efetuados por órgãos e entidades da administração pública municipal. Art. 48. A arrecadação de todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema próprio do Município, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso. Art. 49. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com o objetivo de compatibilizar a realização de despesa ao efetivo ingresso das receitas municipais. Parágrafo único. Nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Art. 50. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessário, mediante decreto do Poder Executivo Municipal. Art. 51. As unidades responsáveis pela execução dos créditos

orçamentários e adicionais aprovados processarão a despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza de despesa, fontes de recurso e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa. Art. 52. Para os efeitos do § 3º do Art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000 entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite do inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Art. 53. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de Parcerias Público-Privadas, Consórcios Públicos, regulados pelas Leis Federais nº 11.079/2004, e nº 11.107/2005, respectivamente, bem como leis municipais pertinentes à espécie. Art. 54. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir, na Lei Orçamentária 2026 e em seus Créditos Adicionais, financiamento decorrente de operação de crédito junto a organismos nacionais e internacionais. § 1º. As programações a serem custeadas com recursos de operações de crédito ainda não formalizadas, deverão ser identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos. § 2º. Para consecução e efeito do § 1º deste artigo, deve-se observar o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar nº 101/2020, no inciso III do caput do Art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal. Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Mando, portanto, a todos quantos o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela contém. O Gabinete do Prefeito o faça imprimir, publicar e correr. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL - ESTADO DO MARANHÃO, EM 10 DE JULHO DE 2025.** **DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES** Prefeito Municipal

Publicado por: DANILLO RAFAEL FERREIRA MORAES

Código identificador: tlc5pgxkf5520250826180834

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0001 PROCESSO LEGISLATIVO****Objetivo:** INTEGRAR AS ACOES DO PODER LEGISLATIVO**Justificativa:** INTEGRAR AS ACOES DO LEGISLATIVOINTEGRAR AS ACOES DO LEGISLATIVO**Público Alvo:** PODER LEGISLATIVO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1.845.250,01	8,00	8,00	8,00	1.845.274,01

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0003 ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA**Objetivo:** INTEGRAR A ADMINISTRACAO MUNICIPAL DE FORMA A UMA MELHOR GESTAO DA COISA PUBLICA**Justificativa:** GERIR ACOES ADMINISTRATIVAS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM GERAL**Público Alvo:** ADMINISTRACAO MUNICIPAL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	17.129.686,41	132,00	132,00	132,00	17.130.082,41

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0005 SERVICOS FUNERARIOS**Objetivo:** PROVER O MUNICIPIO DE UM SERVICO FUNERARIO**Justificativa:** IMPLEMENTAR O MUNICIPIO COM SERVICOS FUNERARIOS**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	423.500,00	4,00	4,00	4,00	423.512,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0002 DINAMIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**Objetivo:** IMPLEMENTAR UMA ADMINISTRACAO INTEGRADA**Justificativa:** IMPLEMENTAR UMA ADMINISTRACAO**Público Alvo:** POPULAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0004 PROGRAMA VIVER BEM****Objetivo:** CRIAR ACOES PARA UMA VIDA MELHOR**Justificativa:** IMPLEMENTAR ACOES DE PARA UMA VIDA MELHOR**Público Alvo:** POPULACAO**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****Indicador:** PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0006 TRANSITO URBANO E RURAL**Objetivo:** PROVER CONDICÕES PARA QUE O CIDADÃO POSSA SE DESLOCAR DO MUNICÍPIO PARA OUTROS CENTROS**Justificativa:** CRIAR PROGRAMA DE APOIO AO CIDADÃO EM DESLOCAMENTO PARA OUTROS CENTROS**Público Alvo:** POPULACAO**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****Indicador:** PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0007 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE**Objetivo:** PROVER O MUNICÍPIO DE ACOES QUE VISEM PROTEGER O MEIO AMBIENTE**Justificativa:** CRIAR PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**Público Alvo:** POPULACAO**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****Indicador:** PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0008 RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**Objetivo:** MONTAR LABORATORIO DE INFORMATICA**Justificativa:** CRIAR E MANTER LABORATORIOS DE INFORMATICA NO MUNICÍPIO**Público Alvo:** ALUNOS**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:****Indicador:** PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0009 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL****Objetivo:** CRIAR ACOES DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL**Justificativa:** APOIAR AO PEQUENO PRODUTOR RURAL**Público Alvo:** PRODUTOR RURAL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	186.013,90	12,00	12,00	12,00	186.049,90

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0010 TREINAMENTO E CAPACITACAO DE SERVID**Objetivo:** CAPACITAR E TREINAR O FUNCIONALISMO PUBLICO MUNICIPAL**Justificativa:** TREINAMENTO E CAPACITACAO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL**Público Alvo:** SERVIDORES MUNICIPAIS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	535.918,07	8,00	8,00	8,00	535.942,07

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0011 PROGRAMA APRENDER**Objetivo:** IMPLEMENTAR ACOES PARA UM MELHOR APRENDIZADO DA POPULACAO**Justificativa:** MELHORAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	2.734.600,00	73,00	32,00	32,00	2.734.737,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0012 VIDA SAUDAVEL**Objetivo:** CRIAR ACOES QUE PERMITA UMA VIDA SAUDAVEL A POPULACAO**Justificativa:** IMPLEMENTAR MECANISMO DE APOIO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1.469.036,20	28,00	28,00	28,00	1.469.120,20

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0013 PROTEÇÃO A INFANCIA E ADOLESCENTE****Objetivo:** CRIAR MECANISMO DE PROTECAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE**Justificativa:** VIABILIZAR ACESSO A INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**Público Alvo:** CRIANCA E ADOLESCENTE

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0014 PROGRAMA CIDADE CULTURAL**Objetivo:** IMPLEMENTAR ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICIPIO**Justificativa:** APOIARAS ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	399.300,00	8,00	8,00	8,00	399.324,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0015 MANUT. DESENVOLV. ENSINO**Objetivo:** CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DE INDICADORES EDUCACIONAIS**Justificativa:** INCREMENTAR O TURISMO NO MUNICIPIO**Público Alvo:** ALUNOS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0016 INCENTIVO AO ESPORTE**Objetivo:** CRIAR AÇÕES DE INCENTIVO AO ESPORTE**Justificativa:** GARANTIR PRÁTICAS ESPORTIVAS**Público Alvo:** SECRETARIA DE EDUCACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	60.500,00	4,00	4,00	4,00	60.512,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0017 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO****Objetivo:** CRIAR MECANISMO QUE POSSIBILITE UM MAIOR APOIO A ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL**Justificativa:** GESTAO ADMINISTRATIVA**Público Alvo:** ADMINISTRACAO PUBLICA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	719.390,98	12,00	12,00	12,00	719.426,98

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0018 DINAMIZACAO DA SEDUC**Objetivo:** CRIAR MECANISMO DE DINAMIZACAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO**Justificativa:** MELHORAR E EQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCACAO**Público Alvo:** ADMINISTRACAO PUBLICA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	1.222.833,87	20,00	20,00	20,00	1.222.893,87

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0019 JOVENS ADULTOS - PEJA**Objetivo:** IMPLEMENTAR ACOES DE APOIO AOS JOVENS E ADULTO DO MUNICIPIO**Justificativa:** IMPLEMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTO**Público Alvo:** JOVENS E ADULTOS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	490.846,78	4,00	4,00	4,00	490.858,78

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0020 TRANSPORTE ESCOLAR**Objetivo:** MELHORAR E ADEQUAR O TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO**Justificativa:** MELHORAR O TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO**Público Alvo:** ALUNOS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	438.546,35	12,00	12,00	12,00	438.582,35

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0021 DINHEIRO DIREITO NA ESCOLA - PDDE****Objetivo:** DOTAR AS ESCOLAS DE AUTONOMIA FINANCEIRA**Justificativa:** DOTAR AS ESCOLAS DE AUTONOMIA FINANCEIRA**Público Alvo:** ESCOLAS DO MUNICIPIO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	36.300,00	4,00	4,00	4,00	36.312,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0022 SALARIO EDUCACAO**Objetivo:** CRIAR ACOES VOLTADAS PARA A EDUCACAO**Justificativa:** IMPLMENTAR PROGRAMAS DE APOIO A EDUCACAO**Público Alvo:** EDUCACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	217.800,00	4,00	4,00	4,00	217.812,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0023 QUALIDADE NA ATENÇÃO BASICA**Objetivo:** INDUZIR A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E A MELHORIA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA**Justificativa:** AMPLIAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS**Público Alvo:** POPULAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	2.243.513,64	36,00	36,00	36,00	2.243.621,64

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0024 ALIMENTACAO ESCOLAR**Objetivo:** MELHORAR E APRIMORAR A QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICIPIO**Justificativa:** MELHORAR E DIVERSIFICAR A MERENDA ESCOLAR NO MUNICIPIO**Público Alvo:** ALUNOS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	302.500,00	4,00	4,00	4,00	302.512,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0025 CRIANÇA FELIZ****Objetivo:** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO HUMANO**Justificativa:** PROPORCIONAR A INCLUSÃO SOCIAL COM PROCESSO DE APRENDIZAGEM**Público Alvo:** PUBLICO INFANTIL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	129.470,00	4,00	4,00	4,00	129.482,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0026 CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO**Objetivo:** AÇÕES E MANUTENÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19**Justificativa:** GARANTIR A PREVENÇÃO , CONTROLE E ENFRENTAMENTO DO COVID- 19.**Público Alvo:** POPULAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	84.700,00	8,00	8,00	8,00	84.724,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0027 ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA**Objetivo:** atender pessoas com deficiência**Justificativa:** Assegurar o atendimento adequado a pessoas com deficiência.**Público Alvo:** pessoas com deficiência

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	12.100,00	4,00	4,00	4,00	12.112,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0028 VIDA COM SAUDE**Objetivo:** MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO**Justificativa:** IMPLEMENTAR ACOES PARA MELHORAR A SAUDE DA POPULACAO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	5.613.650,39	76,00	76,00	76,00	5.613.878,39

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0029 REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA****Objetivo:** PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDAS DO MUNICÍPIO**Justificativa:** PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDAS DO MUNICÍPIO**Público Alvo:**

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0030 MAIS ASSISTENCIA**Objetivo:** AMPLIAR E MELHORAR A REDE DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO**Justificativa:** ATENDIMENTO ASSISNTENCIAL A COMUNIDADE**Público Alvo:** SAUDE PUBLICA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	364.147,08	20,00	20,00	20,00	364.207,08

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0031 MANUT. DE PROG. FEDERAIS-FNAS**Objetivo:** MELHORAR O ATENDIMENTO AS FAMILIAS DO MUNICÍPIO**Justificativa:** IMPLEMENTAR O ATENDIMENTO A FAMILIA NO MUNICÍPIO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	158.713,28	8,00	8,00	8,00	158.737,28

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0033 ATENCAO A CRIANCA E ADOLESCENTE**Objetivo:** CRIAR MECANISMO DE ATENCAO A CRIANÇA DE BAIXA RENDA**Justificativa:** ATENDER E PROTEGER A CRIANÇA**Público Alvo:** PUBLICO INFANTIL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	237.656,10	4,00	4,00	4,00	237.668,10

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0034 FORTALECIMENTO DE VINCULOS****Objetivo:** IMPLEMENTAR ACOES QUE VISEM A ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL**Justificativa:** CRIAR PROGRAMAS DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICIPIO**Público Alvo:** PUBLICO INFANTIL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	35.431,22	4,00	4,00	4,00	35.443,22

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0035 ATENCAO A PESSOA IDOSO**Objetivo:** DESENVOLVER ACOES DE ATENÇÃO AO PESSOAL DA TERCEIRA IDADE**Justificativa:** CRIAR PROGRAMAS DE APOIO E ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE**Público Alvo:** TERCEIRA IDADE

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0037 AGENTE JOVEM DE DES. SOCIAL**Objetivo:** CRIAR O PROGRAMA DE AGENTE NOVEL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**Justificativa:** IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**Público Alvo:** JOVENS

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0038 CIDADE ILUMINADA**Objetivo:** CRIAR ACOES PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA CIDADE ILUMINADA**Justificativa:** MELHORAR A ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	302.500,00	4,00	4,00	4,00	302.512,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0039 CIDADE VERDE - ENJARDINADA****Objetivo:** CRIAR ACOES QUE INCENTIVEM A POPULACAO A CUITIVAR JARDINS E PRACAS DO MUNICIPIO**Justificativa:** IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MANUTENCAO DE JARDINS E PRAÇAS**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	212.587,32	4,00	4,00	4,00	212.599,32

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0040 ESTRADAS VICINAIS**Objetivo:** CRIAR ACOES DE MELHORIAS E PRESERVACAO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO**Justificativa:** MELHORAR E AMPLIAR A REDE DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO DA ZONA RURAL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	783.563,81	12,00	12,00	12,00	783.599,81

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0041 ASSISTENCIA A FAMILIA DE BAIXA RENDA**Objetivo:** IMPLEMENTAR ACOES DE APOIO A FAMILIA DE BAIXA RENDA**Justificativa:** IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE APOIO A FAMILIA DE BAIXA RENDA DO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO DE BAIXA RENDA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	378.198,81	16,00	16,00	16,00	378.246,81

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0042 TURISMO SUSTENTAVEL**Objetivo:** TURISMO E EMPREGO**Justificativa:** DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO CULTURAL.**Público Alvo:** TURISMO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	36.300,00	4,00	4,00	4,00	36.312,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0043 EDUCACAO BASICA PUBLICA****Objetivo:** CRIAR O PROGRAMA DE EDUCACAO BASICA**Justificativa:** IMPLEMENTAR MELHORIAS NA REDE DE EDUCACAO BASICA DO MUNICIPIO**Público Alvo:** EDUCACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	16.400.886,50	40,00	40,00	40,00	16.401.006,50

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0045 GESTAO COM QUALIDADE**Objetivo:** CRIAR O PROGRAMA DE GESTAO COM QUALIDADE NA ADMINISTRACAO PUBLICA**Justificativa:** MELHORAR E GERIR A ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL COM EFICIÊNCIA**Público Alvo:** ADMINISTRACAO PUBLICA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	36.300,00	4,00	4,00	4,00	36.312,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0046 MODERN. DA ESTRUTURA DAS ESCOLAS**Objetivo:** MODERNIZAR E EQUIPAR A ESTRUTURA DAS ESCOLAS DO MUNICIPIOS**Justificativa:** MODERNIZACAO E ESTRUTURACAO DA REDE DE ESCOLAS DO MUNICIPIO**Público Alvo:** EDUCACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	2.303.513,90	16,00	16,00	16,00	2.303.561,90

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0047 PROTECAO SOCIAL BASICA**Objetivo:** CRIAR O PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL NO MUNICIPIO**Justificativa:** GERIR PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL NO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	31.508,40	4,00	4,00	4,00	31.520,40

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0048 PORTUARIO						
Objetivo: CONSTRUIR REFORMAR O PORTO DO MUNICIPIO						
Justificativa: CONSTRUCAO/AMPLIACAO DO PORTO DO MUNICIPIO						
Público Alvo: POPULACAO						
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:						
	2026	2027	2028	2029	TOTAL	
	88.578,05	4,00	4,00	4,00	88.590,05	
Indicador: PESSOAS ATENDIDAS						
Sigla: UND						
Descr.Uni.Medida: UNIDADE						
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0049 SEGURANCA ALIMENTAR NUTRICIONAL						
Objetivo: GERIR PROGRAMAS PARA UMA MELHORIA NA ALIMENTACAO E NUTRICAO DO MUNICIPIO						
Justificativa: GERIR PROGRAMAS PARA UMA MELHORIA NA ALIMENTACAO E NUTRICAO DO MUNICIPIO						
Público Alvo: POPULACAO						
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:						
	2026	2027	2028	2029	TOTAL	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indicador: PESSOAS ATENDIDAS						
Sigla: UND						
Descr.Uni.Medida: UNIDADE						
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0050 ESTALEIRO MUNICIPAL						
Objetivo: FAVORECIMENTO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE CEDRAL PARA FOMENTO A PESCA LOCAL						
Justificativa: ATENDIMENTO A COMUNIDADE PESQUEIRA						
Público Alvo: PESCADORES						
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:						
	2026	2027	2028	2029	TOTAL	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indicador: PESSOAS ATENDIDAS						
Sigla: UND						
Descr.Uni.Medida: UNIDADE						
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0051 DEFESA DO INTERESSE MUNICIPAL						
Objetivo: REPRESENTAR JURIDICAMENTE O MUNICÍPIO						
Justificativa: REPRESENTAR JURIDICAMENTE O MUNICÍPIO						
Público Alvo: ADMINISTRAÇÃO PUBLICA						
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:						
	2026	2027	2028	2029	TOTAL	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indicador: PESSOAS ATENDIDAS						
Sigla: UND						
Descr.Uni.Medida: UNIDADE						
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0052 DESENV. DA EDUCACAO INFANTIL****Objetivo:** MELHORAR AS ACOES NA EDUCACAO INFANTIL**Justificativa:** MELHORAR E DESENVOLVER ATIVIDADES NA EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO INFANTIL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	6.820.434,39	24,00	24,00	24,00	6.820.506,39

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0053 FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO**Objetivo:** CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E HAVERES**Justificativa:** O CONTROLE INTERNO PREVINE IRREGULARIDADES E GARANTE A CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.**Público Alvo:** ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0055 GESTÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE**Objetivo:** AMPLIAR ATENDIMENTO DE SAÚDE E ERRADICAÇÃO DE RISCO DE ENDEMIAS**Justificativa:** AMPLIAR ATENDIMENTO DE SAÚDE E ERRADICAÇÃO DE RISCO DE ENDEMIAS**Público Alvo:** POPULAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0056 AÇÕES BÁSICA DE SAÚDE**Objetivo:** AMPLIAR ATENDIMENTO DE SAÚDE E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE SAÚDE PARA ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA**Justificativa:** AMPLIAR ATENDIMENTO DE SAÚDE E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE SAÚDE PARA ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA**Público Alvo:** UNIDADE DE SAÚDE

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0057 CONTROLE EPIDEMIOLOGICO****Objetivo:** AÇÕES E MANUTENÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19**Justificativa:** AÇÕES E MANUTENÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19**Público Alvo:** POPULAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	48.400,00	4,00	4,00	4,00	48.412,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0066 MORADIA DIGNA**Objetivo:** MELHORAR E AMPLIAR O PROGRAMA DE HABITACAO URBANAS E RURAL DO MUNICIPIO**Justificativa:** MELHORIA HABITACIONAL NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 0074 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**Objetivo:** IMPLEMENTAR O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO MUNICIPIO**Justificativa:** A ALFABETIZAÇÃO AMPLIA OPORTUNIDADES E MELHORA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.**Público Alvo:** POPULACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA**Objetivo:** RESERVA DE CONTINGENCIA**Justificativa:** EVITA DESEQUILIBRIO FINANCEIRO EM MOMENTOS ADVERSOS**Público Alvo:** ADMINISTRACAO

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	885.842,66	4,00	4,00	4,00	885.854,66

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL**

06.235.006/0001-24

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

PPA - Ciclo de 2026 à 2029

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS**PROGRAMA: 0075 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO****Objetivo:** GARANTIR ACESSO A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL.**Justificativa:** COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.**Público Alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	108.900,00	4,00	4,00	4,00	108.912,00

Indicador: PESSOAS ATENDIDAS**Sigla:** UND**Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício				Total
		2026	2027	2028	2029	
0	100	20	20	20	20	80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL

06.235.006/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	62.130.431,29	59.334.561,88	69,89	64.615.648,54	62.031.022,60	70,56	67.058.120,06	64.523.323,12	71,10
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	65.616.514,27	62.663.771,13	73,81	68.241.174,84	65.511.527,85	74,52	70.820.691,25	68.143.669,12	75,09
Receitas Primárias Correntes	62.624.220,28	59.806.130,36	70,44	65.129.189,09	62.524.021,52	71,12	67.591.072,43	65.036.129,90	71,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.578.069,25	2.462.056,13	2,90	2.681.192,02	2.573.944,34	2,93	2.782.541,08	2.677.361,03	2,95
Transferências Correntes	60.000.000,00	57.300.000,00	67,49	62.400.000,00	59.904.000,00	68,14	64.758.720,00	62.310.840,38	68,66
Demais Receitas Primárias Correntes	46.151,02	44.074,23	0,05	47.997,07	46.077,18	0,05	49.811,35	47.928,49	0,05
Receitas Primárias de Capital	2.992.293,99	2.857.640,77	3,37	3.111.985,75	2.987.506,32	3,40	3.229.618,82	3.107.539,22	3,42
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	63.477.407,74	60.620.924,39	71,40	66.016.504,05	63.375.843,89	72,09	68.511.927,90	65.922.177,03	72,64
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	63.477.407,74	60.620.924,39	71,40	66.016.504,05	63.375.843,89	72,09	68.511.927,90	65.922.177,03	72,64
Despesas Primárias Correntes	56.711.585,52	54.159.564,17	63,79	58.980.048,94	56.620.846,98	64,41	61.209.494,79	58.895.775,88	64,90
Pessoal e Encargos Sociais	20.717.352,93	19.785.072,05	23,30	21.546.047,05	20.684.205,17	23,53	22.360.487,63	21.515.261,20	23,71
Outras Despesas Correntes	35.994.232,58	34.374.492,12	40,49	37.434.001,88	35.936.641,81	40,88	38.849.007,16	37.380.514,69	41,19
Despesas Primárias de Capital	6.765.822,22	6.461.360,22	7,61	7.036.455,11	6.754.996,91	7,68	7.302.433,12	7.026.401,14	7,74
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	607.545,55	580.206,00	0,68	631.847,37	606.573,48	0,69	655.731,20	630.944,56	0,70
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	2.139.106,53	2.042.846,74	2,41	2.224.670,79	2.135.683,96	2,43	2.308.763,35	2.221.492,09	2,45
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	2.139.106,53	2.042.846,74	2,41	2.224.670,79	2.135.683,96	2,43	2.308.763,35	2.221.492,09	2,45
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL

06.235.006/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	31.221.078,28	41.461.728,66	2,49	42.461.728,66	2,21	62.130.431,29	46,32	64.615.648,54	4,00	67.058.120,06	3,78	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	31.221.078,28	41.461.728,66	2,49	42.461.728,66	0,00	65.616.514,27	0,00	68.241.174,84	4,00	70.820.691,25	3,78	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	30.031.425,75	42.022.123,35	0,73	42.022.123,35	2,24	63.477.407,74	51,06	66.016.504,05	4,00	68.511.927,90	3,78	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	30.031.425,75	42.022.123,35	0,73	42.022.123,35	0,00	63.477.407,74	0,00	66.016.504,05	4,00	68.511.927,90	3,78	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	1.189.652,53	-560.394,69	1,76	439.605,31	0,00	2.139.106,53	0,00	2.224.670,79	0,00	2.308.763,35	0,00	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	1.189.652,53	-560.394,69	1,76	439.605,31	0,00	2.139.106,53	0,00	2.224.670,79	0,00	2.308.763,35	0,00	
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	42.461.728,66	0,00	59.334.561,88	39,74	62.031.022,60	4,54	64.523.323,12	4,02	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.663.771,13	0,00	65.511.527,85	4,54	68.143.669,12	4,02	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	42.022.123,35	0,00	60.620.924,39	44,26	63.375.843,89	4,54	65.922.177,03	4,02	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.620.924,39	0,00	63.375.843,89	4,54	65.922.177,03	4,02	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.042.846,74	0,00	2.135.683,96	0,00	2.221.492,09	0,00	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.042.846,74	0,00	2.135.683,96	0,00	2.221.492,09	0,00	
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL

06.235.006/0001-24

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	